

MULHER E POLÍTICA: O DISCURSO AUTORITÁRIO EM ENTREVISTA A MANUELA D'ÁVILA NO PROGRAMA RODA VIVA DE 2018

Deborah Christina Antunes¹ e Aline Rebouças Azevedo Soares²,

Resumo

Este artigo analisa discursos de entrevistadores da então pré-candidata à Presidência da República Manuela D'Ávila no Programa Roda Viva, realizado e veiculado no dia 25 de junho de 2018 pela emissora brasileira TV Cultura. O objetivo é apontar nas falas dos interlocutores técnicas e artifícios de ataque e descrédito ao discurso do outro, - considerado "inimigo" - fazendo aproximações com os Estudos sobre o Preconceito, realizados nos anos de 1940 e 1950, tendo entre os pesquisadores os frankfurtianos Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório que se ampara na Teoria Social Crítica e na Análise Imanente do discurso. O estudo apontou que o tratamento dispensado a Manuela D'Ávila no programa Roda Viva pode ser considerado uma mostra da atuação da tolerância repressiva no Brasil, no que concerne a expressões de machismo e misoginia, que se tornam ainda mais ostensivas em se tratando de uma mulher jovem, feminista e comunista. Acreditamos que pensar a misoginia e o machismo na política contemporânea brasileira a partir das problematizações que Marcuse faz acerca da tolerância como um processo social pode ser um norteador. Sugerimos que novos estudos acerca das relações machismo, misoginia e autoritarismo no meio político brasileiro sejam realizados, no intuito de compreender melhor os fatores destes contextos.

Palavras-chave: Política; Mulher; Misoginia; Discurso autoritário, Tolerância Repressiva.

WOMEN AND POLITICS: THE AUTHORITARIAN DISCOURSE IN AN INTERVIEW WITH MANUELA D'ÁVILA IN THE 2018 RODA VIVA TV SHOW

Abstract

This article analyzes speeches by interviewers of the then pre-candidate for the Presidency of the Republic Manuela D'Ávila in the Roda-Viva TV Show, carried out and broadcast on June 25, 2018 by the Brazilian broadcaster TV Cultura. The objective is to point out in the speeches of the interlocutors techniques and artifices of attack and discredit to the speech of the other, - considered "enemy" - making approximations with the Studies on Prejudice, carried out in the years

¹Doutora em Filosofia, Professora Associada do Instituto de Cultura e Arte, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

²Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Comunicação pela UFC.



of 1940 and 1950, having among the researchers the researchers from Frankfurt Theodor Adorno and Herbert Marcuse. This is an exploratory qualitative research based on Critical Social Theory and Immanent Discourse Analysis. [Results] The treatment given to Manuela D'Ávila in the Roda Viva program can be considered an example of the performance of repressive tolerance in Brazil, with regard to expressions of machismo and misogyny, which become even more ostensive when dealing with a woman young, feminist and communist. We believe that thinking about misogyny in contemporary Brazilian politics based on the problematizations that Marcuse makes about tolerance as a social process can be a guide. We suggest that further studies on the relationship between machismo and authoritarianism in the Brazilian political environment be carried out, in order to better understand the factors of these contexts.

Keywords: Policy; Women; Misogyny; Authoritarian Speech, Repressive Tolerance.

1. Introdução: a Roda Viva de Manuela D'Ávila

O objetivo desse estudo é apontar na entrevista de Manuela D'Ávila ao programa Roda Viva as falas dos interlocutores que contêm técnicas e artifícios de ataque e descrédito ao discurso do outro, - considerado "inimigo" - fazendo aproximações com os estudos sobre o preconceito, realizados nos anos de 1940 e 1950, tendo entre os pesquisadores os frankfurtianos Theodor Adorno e Herbert Marcuse. O intuito de estabelecer essa relação foi identificar "ecos" do discurso autoritário e da tolerância repressiva na contemporaneidade, mais especificamente nos modos de tratar a mulher na política brasileira. E entre esses "ecos", percebemos o machismo e a misoginia como sintomas psicossociais que compõem o discurso autoritário.

Produções acadêmicas que analisem o machismo e a misoginia, suas características e seus entrelaçamentos sociais são fundamentais para o desenvolvimento do tema e de ações combativas, uma vez que se entende que muitos dos contextos de violência de gênero são originários em relações onde um ou mais desses elementos são propagados de forma naturalizada. Não à toa, antes da ocorrência de uma agressão física ou de um caso de feminicídio há diversos aspectos que demonstram que as vítimas passavam por situações de violência comumente consideradas mais 'brandas' e, portanto, veladas.

No entanto, os representantes políticos do Brasil permanecem, em sua grande maioria, homens e brancos. De acordo com o portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do total de pessoas 28.697 inscritas como candidatas para algum cargo nas eleições de 2022, 9.604 são mulheres, sendo 4.414 brancas (45,96% do total de mulheres) e 1.736 negras (18% do total de mulheres) (TSE, 2022). Nesse sentido, evidencia-se a importância de análises que considerem o tratamento dispensado às mulheres que estão presentes no cenário político nacional, majoritariamente masculino e elitista .

Para pensar as interlocuções realizadas no programa televisivo Roda Viva, foi utilizada como metodologia de pesquisa a análise imanente do discurso, tendo em vista sua busca por contradições imanentes ao próprio discurso, bem como pelo teor social do objeto sem pretensão de analisá-lo “de fora para dentro”, mas sim de identificar o social no próprio objeto (ADORNO, 2003). Para tanto, tomou-se para análise um recorte de perguntas e discussões dos interlocutores que conduziram a entrevista. Essa escolha metodológica deve-se à oportunidade que ela proporciona em “deixar o objeto falar de si”. Trata-se de um método que demonstra ser muito mais uma “negação do método” (ANTUNES, 2014).

Para fins de análise, os trechos selecionados da entrevista concernentes a perguntas direcionadas a Manuela D’Ávila foram divididos por três temas: comunismo / ditadura; machismos ou questões de gênero e estupro e castração química. O estudo apontou nos discursos dos entrevistados manifestações verbais de autoritarismo, preconceito e intolerância, especialmente em relação às convicções políticas concernentes ao feminismo e ao comunismo. Acreditamos que esses resultados podem fundamentar a demanda de maior envolvimento das esferas acadêmicas nos estudos e no combate à misoginia na política, bem como em diversos outros espaços que são de pleno direito de ocupação da mulher brasileira.

2. Documentos de barbárie: ecos contemporâneos

Theodor Adorno e Walter Benjamin trazem reflexões importantes acerca da relação entre cultura e barbárie, a qual eles entendem como um processo dialético, na medida em que a produção de cultura de um povo implica num ato de barbárie contra outro, ou outros povos.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225, grifos nossos).

A possibilidade de “escovar a história a contrapelo” nos coloca diante de uma história viva e dialética, capaz de ser fiada e desfiada, e tecida de outro modo, ressignificada. Capaz de identificar a barbárie na produção da cultura: a exploração do trabalho em grandiosos monumentos, brilhantes produções literárias ou marcantes descobertas científicas. Capaz de identificar o lugar do oprimido, que cria as condições de existência da cultura nas suas mais diversas expressões.

O exercício de “escovar a história a contrapelo” alia-se à perspectiva do materialismo histórico em compreender as relações de desigualdade e opressão, bem como históricas disputas de poder a partir das discrepâncias das condições materiais entre oprimidos e opressores. Trata-se de uma postura comprometida

em identificar as fronteiras entre produção de mercadoria e instituição do fetichismo, perpassando fenômenos múltiplos de reificação da cultura. Ao apontar esses processos e suas finalidades envolvidas na geração e manutenção de mais-valia, aponta-se, também, as formas de exploração do trabalho, bem como a transformação de toda e qualquer forma de cultura popular em mercadoria.

Daí a importância dessa possibilidade de compreender o passado como um mosaico vivo e pulsante de memórias que podem se ressignificar a todo momento, e que somos capazes de acessar, refletir e apreender. Negar uma história perpassada por intolerâncias, ódio, preconceitos e morte, do contrário, condena gerações inteiras a perpetuar atos de barbárie como se fossem medidas inovadoras. Quando pensamos relações de gênero na política brasileira e buscamos “escová-las a contrapelo” de sua história recente, rompemos ciclos de violências e opressões. Somos capazes de lançar um olhar analítico ao machismo e à misoginia; e de mostrar que não há justificativa para sua tolerância. Deve ser, portanto, um exercício de rememoração, para evitar que esse tipo de opressão torne-se banalizada.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, p. 224-225).

É assegurar o lugar da lembrança. Apropriar-se da reminiscência quando ela lampeja, cuidar para que ela não seja esquecida, compreendendo sua importância e seu pulsar no presente. Manuela D’Ávila, Samia Bonfim e Duda Salabert são exemplos de mulheres da política brasileira contemporânea (ESQUERDA, 2022) que não devem ser esquecidas, pois as violências que sofreram e ainda sofrem - por serem mulheres - não podem ser toleradas ou mesmo consideradas parte de um processo democrático. Mais de 80 anos após a morte de Walter Benjamin, o inimigo ainda não tem cessado de vencer. No Brasil, as violências sofridas pela mulher na política, bem como em diversos outros espaços públicos e privados, correspondem a uma das formas que esse inimigo toma na contemporaneidade.

Estudos sobre a personalidade autoritária (ADORNO, et al, 2019) é uma obra que pode nos ajudar nesse exercício comprometido com uma história feita de histórias não contadas. A pesquisa, realizada nos anos de 1940, buscou identificar traços latentes de preconceito na população residente nos Estados Unidos. Seria um “gérmen” de fascismo difícil de identificar e mais difícil ainda de se combater porque não se assume nem se manifesta tal como é. E nem poderia, diante do sistema político vigente nos Estados Unidos. Ali, naquele momento, o fascismo só existiria dissolvido e com aparência de pensamento democrático. Acreditamos que a leitura desta pesquisa, a qual a parte correspondente ao estudo de Theodor Adorno foi traduzida e publicada pela

primeira vez em português em 2019, tem muito a nos oferecer no esforço de compreender a atração pelo pensamento fascista no Brasil, expressada na polarização da política, na banalização do conhecimento científico e no comportamento violento perante o considerado diferente no período político atual.

Nesse texto de Adorno, um dos entrevistados de codinome Mack, universitário, obteve alta pontuação nas respostas do questionário relativo a uma das fases do estudo. Esse resultado indicou forte tendência ao preconceito e identificação com o pensamento fascista. Após admitir não gostar muito dos judeus, o rapaz tentou mostrar-se tolerante ao afirmar que poderia namorar uma moça judia que conhece da faculdade porque ela não enfatiza publicamente a sua origem.

Esse “não gostar muito de judeus” parece buscar um argumento racional para legitimar o preconceito. Assim, as justificativas para judeus não terem a sua simpatia seriam o seu apego a coisas materiais e sua arrogância, ao passo que seria viável o envolvimento com uma pessoa judia se ela não se apresenta publicamente como tal. Este seria um traço de antissemitismo latente que, de acordo com a pesquisa, não se manifesta de modo isolado, ou seja, aquele que apresenta traços antissemitas, guarda também outros modos preconceituosos de se relacionar com o mundo. O estudo conseguiu mostrar, inclusive, uma proximidade significativa entre antissemitismo, racismo e etnocentrismo.

O discurso autoritário revestido de uma aparente tolerância atravessou o século XX e sobreviveu à contemporaneidade. É possível encontrar seus indícios no tratamento dispensado às mulheres brasileiras que conquistam cargos públicos importantes, seja na câmara dos deputados, dos vereadores ou mesmo na presidência da República.

Tivemos o “tribunal de inquisição” de Dilma [Roussef] e Manuela [D’Ávila] funcionando como fogueiras contemporâneas. E, entre um e outro, o assassinato de Marielle Franco. Esses tribunais parlamentares e midiáticos estão diretamente ligados a onda de violência e feminicídio da qual estamos sendo vítimas. Esses acontecimentos, tal como na Idade Média, vão insensibilizando a sociedade. Nesse ponto é que a imagem metafórica da fogueira retorna na contemporaneidade. Essas imagens marcam uma relação de memória que presentifica certas versões de verdades históricas e políticas. Por isso mesmo a necessidade dos “inquisidores” em desacreditar, histericizar, demonizar e culpabilizar essas mulheres por seus pensamentos e lutas políticas. Dilma foi chamada de louca e de bruxa, Manuela de ignorante e parcial, Marielle assassinada, e, depois de morta, acusada falsamente de viciada em drogas, esposa de traficante e ligada ao PCC (FLORES; NECKEL, 2018, p. 173-174).

Dessa forma, o tema do presente estudo, que toma como objeto a entrevista de Manuela D’Ávila ao programa Roda Vida, mostra-se relevante na medida em que os casos de violências e feminicídios sustentam números

significativamente altos no Brasil. Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) que constitui o Atlas da Violência 2021 mostra que, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil – equivalente a 3,5 para cada 100 mil mulheres –, com diminuição que segue a mesma tendência geral de homicídios, que registrou 21,5% de queda em relação ao ano de 2018 (ALVES, 2021).

A essa diminuição, no entanto, é preciso considerar que houve crescimento dos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), que aumentaram 35,2% de 2018 para 2019, resultando em 16.648 casos em 2019. Portanto, ao lado do número de 3.737 homicídios de mulheres registrados pelo SIM/Datasus, existem outras 3.756 mulheres mortas de forma violenta, mas sem causa identificada – se homicídio, acidente ou suicídio. Os registros de MVCI de mulheres em 2019 apontam um aumento de 21,6% em relação ao ano anterior (ALVES, 2021).

A referida pesquisa mostra, ainda, que a taxa de homicídios entre as mulheres negras é maior e cai mais lentamente do que a das mulheres não negras. Em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era de 4,9 por 100 mil e entre as não negras, de 3,3 por 100 mil. Já em 2019, a taxa de mortalidade para mulheres negras foi de 4,1 por 100 mil, e entre as não negras, de 3,3 por 100 mil. Enquanto a mortalidade entre não negras caiu 24,5%, entre as negras caiu apenas 15,7%. As diferenças entre as taxas mostram, portanto, que “em 2009, a taxa de mortalidade das mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois essa taxa é 65,8% superior à de não negras” (ALVES, 2021, p. 38).

Em outra pesquisa realizada em âmbito nacional pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Datafolha, que buscou relacionar violência doméstica e pandemia de covid-19, 1 em cada 4 mulheres brasileiras acima de 16 anos entrevistadas (num universo de 879) afirmou ter sofrido algum tipo de violência entre 2020 e 2021, durante a pandemia de covid-19. Ao serem perguntadas acerca do tipo de violência sofrida, 18,6% afirmaram ter sofrido ofensa verbal, 8,5% relataram ter sofrido ameaças de violência física, 7,9% mencionaram ter sofrido amedrontamento ou perseguição, 6,3% violência física, 5,4% ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual. O relatório chama atenção para uma constante em suas três edições (2017, 2019 e 2021): a maioria dos casos de violência relatados pelas mulheres entrevistadas ocorreu dentro de casa, sendo os autores pessoas de sua convivência (DATAFOLHA/FBSP, 2021).

Os números de registros brasileiros em volta da violência contra a mulher, entre ameaças, agressões físicas e feminicídios não são altos por acaso. O machismo e a misoginia são processos históricos e estruturais; são um legado de ódio transmitido por gerações, desde a invenção do próprio Brasil. São partes de nossos documentos de barbárie.

Manuela D’Ávila aglutina em si mesma minorias historicamente estereotipadas e objetivadas no ódio: mulher, mãe, feminista, comunista, o que permite identificar preconceitos e manifestações de misoginia que se esforçam



para permanecerem latentes através de um tom de voz por vezes condescendente, por vezes sarcástico, mas que escapa diante de uma resposta inesperada, capaz de romper sua lógica frágil. Estamos falando de um ódio que não é biológico, vale ressaltar, mas socialmente construído e perpetuado através da história: “A ira que se volta contra aqueles considerados “ruins” não é uma mera pulsão biológica inata, senão fruto de seu desenvolvimento histórico e social” (ANTUNES, 2014, p. 128-129). Trata-se, portanto, de um processo psicossocial que não seria viável se planejado por apenas uma mente e implantado a uma massa: é necessário haver um tipo de acordo. É preciso que muitos concordem com uma determinada ideologia que justifica esse ódio e, através dele, promete a realização de desejos e compensações de faltas.

Essa cooptação não opera apenas por vias racionais, mas toca também emoções primitivas das pessoas, que despertam instintos de sobrevivência: o medo de perder o emprego está diretamente relacionado à capacidade de prover sustento e abrigo, daí a possibilidade de direcionar esse medo – que converte-se em ódio – à imigrantes que vêm ao país “tomar” empregos para si, por exemplo. E para que esse acordo seja bem-sucedido, é preciso, ainda, que ele tenha uma aparência de objetividade e de lógica. No caso dos estudos de Adorno, massas de pessoas encontravam sentido nos discursos de agitadores simpatizantes do fascismo nos Estados Unidos dos anos de 1940, em especial, Martin Luther Thomas, cujas técnicas de convencimento foram objeto de análise (ADORNO, 1975).

A psicanálise mostrou como as tendências sádicas e agressivas, para as quais apela a propaganda fascista, não diferenciam claramente entre vítima e agressor: psicologicamente, ambas as noções são, até certo ponto, intercambiáveis, dado que ambas remontam a uma fase de desenvolvimento em que a distinção entre sujeito e objeto, ego e mundo exterior, ainda não está claramente estabelecida [...] (ADORNO, 1975, p. 9).

Essa indiferenciação entre vítima e agressor tem sido uma constante no tratamento de grupos sociais que manifestam algum tipo de vulnerabilidade no Brasil. No caso das mulheres, população que sofre diversas formas de violência doméstica, são pertencentes ao senso comum os argumentos que culpabilizam a vítima. Múltiplas são as “justificativas” desfiadas pelos homens agressores: envolvimento romântico com outra pessoa, brigas e discussões conjugais, “desobediência” ao cônjuge, deixar de realizar determinadas atividades domésticas, recusar-se a ter relações sexuais, etc. Os motivos apresentam a agressão, que muitas vezes culmina em feminicídio, como prática punitiva, indicando que deste homem agressor a mulher é objeto voltado a atender demandas e realizar desejos.

A misoginia possui no medo um forte componente. A insegurança dos homens em perder o poder para seres considerados por eles “frágeis” leva-os a oprimirem e sufocarem as vozes de mulheres que disputam espaços na política, para não ocuparem seus lugares de mando. Essas mulheres passam a ser vistas como uma ameaça. Dessa forma, a construção do feminismo como um inimigo

a ser combatido, seria, segundo Flavia Biroli (2020), um processo de desdemocratização que atinge diversos países, fazendo frente às suas agendas de gênero em nome da naturalização da divisão sexual do trabalho e dos “valores familiares”. A estratégia política de apontar as agendas de gênero como uma ameaça à família tem participação efetiva de grupos religiosos cristãos e também de representantes políticos conservadores.

Um exemplo dessa tendência neoconservadora no Brasil está na matéria da revista *Veja* intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”” (VEJA, 2016), que começa e termina afirmando que Michel Temer, o marido e então vice-presidente da República, é um homem de sorte. O texto tece o perfil da esposa: bem mais jovem do que o marido, bacharelado em direito nunca exercido, breve ocupação como secretária e dois títulos de miss de cidades do interior de SP. Consta, ainda, preferência por vestidos longos de tons claros e a rotina de deixar e buscar o filho no colégio, cuidar da casa e ir ao salão de beleza. Longe de menosprezar o trabalho doméstico, um cuidado essencial à manutenção do sistema capitalista, por sinal (FRASER, 2015), é problemático ver numa revista de alta circulação nacional uma homenagem ao exercício dessa atividade em tempo integral, principalmente quando a matéria não menciona que essa mulher “do lar” conta com uma babá, uma cozinheira e duas empregadas trabalhando em sua casa (FOLHA, 2016).

3. Análise de categorias da entrevista no Roda Viva

Aconteceu na noite de 25 de junho de 2018 a entrevista dela: mulher, mãe, feminista e comunista. Por baixo do terninho aberto estava visível a camisa preta com a frase em letras brancas “lute como uma garota”. No centro daquela roda ela foi uma personificação contemporânea do Outro do homem, a que se refere Simone de Beauvoir (2014), ousando estampar em si estigmas que historicamente já instigaram diversas manifestações de ódio. O caso de Manuela D’Ávila e o Programa Roda Viva teve grande repercussão nas redes sociais, chamou atenção da imprensa e dos movimentos feministas e gerou respostas dos entrevistadores envolvidos. Na ocasião, ela era pré-candidata à Presidência da República pelo PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

Chamou atenção o comentário de uma das entrevistadoras convidadas, Vera Magalhães: “Fiz entrevistas recentemente com Ciro (Gomes), (Guilherme) Boulos, (Jair) Bolsonaro e (Geraldo) Alckmin. Todos se queixaram de ser interrompidos. Com Ciro virou um debate, mas diante de uma mulher, Manuela, a interrupção vira *manterrupting*³”. O que não foi mencionado pela entrevistadora foi a diferença entre a quantidade de interrupções direcionadas aos outros pré-candidatos e à Manuela no mesmo programa, tendo em vista que a então pré-candidata sofreu entre 40 e 62 interrupções, a depender da

³ *Manterrupting*: hábito masculino de interromper mulheres. Este é um elemento comum em situações de machismo, uma vez que silencia a mulher através da interrupção, ou mesmo de interrupções sistemáticas. Foi cunhado durante as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, diante das constantes interrupções que o então candidato Donald Trump fazia às falas da democrata Hillary Clinton.

plataforma de análise (Folha de São Paulo, 2018; Gazeta do Povo, 2018; Jornal Grande Bahia, 2018), o que significa pelo menos 400% a mais do que a média dos outros pré-candidatos.

Roda-Viva é o programa televisivo de entrevistas mais antigo do Brasil que se mantém no ar continuamente, desde sua estréia em 1986. É produzido pela emissora TV Cultura e exibido ao vivo às segundas-feiras às 22h, com transmissão simultânea pelo *Youtube*, no canal do programa. Possui uma longa e diversa lista de entrevistados participantes, entre políticos, escritores, artistas, celebridades e intelectuais. Tem como diferencial a formação circular de sua bancada de entrevistadores, cujos componentes mudam a cada edição do programa, de acordo com o campo de atuação ou de conhecimento do convidado da semana.

Em anos de eleições presidenciais, o Roda-Viva costuma fazer uma espécie de "circuito", trazendo geralmente um candidato a cada semana para participar como entrevistado. Em 2018, essa sequência foi realizada no período de pré-candidatura, momento em que havia uma atmosfera de tensões e expectativas em torno da possibilidade de Lula disputar a presidência pelo PT – Partido dos Trabalhadores. Antes de Manuela D'Ávila, foram entrevistados Marina Silva, Guilherme Boulos, João Amoedo e Ciro Gomes.

A banca de entrevistadores que recebeu Manuela D'Ávila foi composta pelas jornalistas Vera Magalhães, Letícia Casado e João Gabriel de Lima; o bacharel em filosofia Joel Pinheiro da Fonseca e Frederico D'Ávila, que, na ocasião, era coordenador do programa rural do então candidato e o oponente de Manuela, Jair Bolsonaro.

O discurso dos interlocutores do Programa Roda Viva do dia 25 de junho de 2018 buscou deslegitimar a candidatura de uma mulher à presidência, criminalizar o comunismo e menosprezar a luta feminista. E isso aconteceu ao vivo, em rede nacional, através de interrupções constantes, longas e repetitivas, e falas acompanhadas de tons que oscilavam entre o agressivo e o condescendente. "Cê" acha que o Stalin foi um cara bacana, que Mao foi um "cara legal?" foi uma das primeiras provocações que a então pré-candidata do PC do B ouviu naquela noite.

A seguir, são apresentados trechos da entrevista, organizados de acordo com as temáticas das perguntas, acompanhados de reflexões acerca dos modos de abordagem à entrevistada.

3.1 Comunismo / Ditadura

[Joel Pinheiro]: [...] o seu partido não só tolera como elogia e defende ativamente os regimes que mais violam direitos humanos e que menos respeitam a democracia, principalmente China, Venezuela, até Coreia do Norte, como é possível a gente tá defendendo um regime tão totalitário assim? Então eu pergunto, como é que você concilia, como é que é possível conciliar uma

candidatura de esquerda, que se quer moderna, com uma defesa prática e real das práticas que mais violam os direitos humanos? Ou será que o direito humano é uma moeda de troca e quando a ideologia está a favor a gente abre mão dele (Roda Viva, 2018).

Como Manuela representa um partido político comunista, esse tipo de pergunta comparativa era previsível, tendo em vista o histórico de ditaduras comunistas nos lugares citados pelo entrevistador, assim como na Rússia e na Alemanha (Oriental). No entanto, a indagação parte do pressuposto de que essas seriam as únicas referências de comunismo possíveis, estabelecendo uma imbricação necessária entre comunismo e governos totalitários.

O constructo do comunismo disseminado no período Pós-Guerra é retomado, agora ressaltado de uma lógica que o associa à violação de direitos e de liberdades. Como uma fantasmagoria benjaminiana, o comunismo volta a ser mencionado como sinônimo de autoritarismo e violações de garantias civis. Manuela aparece, portanto, como uma ameaça à ordem estabelecida, ou como o inimigo a ser detido, visto que há também na pergunta do jornalista a sugestão (ou mesmo outra fantasmagoria) de que o capitalismo é um sistema em que direitos e liberdades fundamentais das pessoas são respeitados.

Entre os presentes, parecia não haver integrantes da banca com conhecimento ou boa vontade o suficiente para fazer coro à fala de Manuela no argumento de que não existe apenas uma forma de se pensar e exercer o comunismo, do mesmo modo que é sabido que o sistema capitalista não é aplicado do mesmo modo em todos os países em que é exercido. Assim, fantasmagorias benjaminianas foram postas e, na ausência de quem as negasse, foram admitidas durante o restante do programa e, a nosso ver, ganharam ali status de “imagens verdadeiras” (BENJAMIN, 2009).

A então pré-candidata ressaltou que não havia modelos para o Brasil, tendo em vista a diversidade e singularidade de características que o país apresenta. E ela precisou insistir no argumento porque foi indagada diversas vezes sobre essa temática, inclusive pelo mediador, Ricardo Lessa, que fez uma interlocução:

[Ricardo Lessa] Mas Manuela, você é do PC do B [...] há 20 anos e tal (sic) e o PC do B, quando saiu, por exemplo, do PCB, ele saiu porque defendia as práticas stalinistas, né, depois passou a apoiar Mao e [...] e nunca se soube de autocrítica do PC do B a respeito dos crimes diversos, das barbáries que aconteceram tanto sob o regime de Stalin e de Mao. O que você, pessoalmente, acha disso? “Cê” acha que O Stalin foi um cara bacana, que Mao foi um cara legal? O que que “cê” acha disso, ou o partido acha e você concorda?

[Manuela D’Ávila] Se o partido achasse e eu concordasse nessa forma, com essa ideia autoritária que soou, eu não seria dirigente do meu partido há 18 anos, eu sou alguém que constrói as opiniões do PC do B [...]. Eu acho que aquele ciclo foi um ciclo de guerra e morte pro mundo inteiro.

[Ricardo Lessa] Mas “Cê” acha que foi ok...?

[Manuela D'Ávila] Eu falei isso, Lessa?
[Ricardo Lessa] Não, eu tô perguntando... é uma pergunta. (Roda Viva, 2018).
[...]. *Mas o que você vai falar pra eles* [para a filha e o enteado de Manuela] *do Stalin, que ele foi um cara legal?*
[Manuela D'Ávila] *A mesma coisa que provavelmente tu fales ...* (Lessa riu).
[Manuela D'Ávila] (...) tu já ouviste alguma vez..? Por que não? Tu sabes o que eu falo?
[Ricardo Lessa] Não, eu não.
[Manuela D'Ávila] Que o mundo era um mundo de violência e de guerra...
[Ricardo Lessa] (interrompendo a fala de Manuela) ... Mas e o Stalin, e o papel do Stalin?
[Manuela D'Ávila] Que com o comando de Stalin venceu Hitler, mas isso não é o que eu defendo, eu defendo um outro mundo (Roda Viva, 2018).

Era como se as teorias que embasam o comunismo e as propostas de governabilidade estivessem limitadas e cristalizadas pelos governos do passado e suas possibilidades residissem na mera reprodução daquilo que um dia fora aplicado em outros países e em outro tempo histórico. Além disso, era como se a voz de Manuela não fosse de fato ouvida, visto que teve que responder à mesma pergunta diversas vezes. Vale lembrar que repetição de perguntas organizadas e enunciadas verbalmente com palavras diferentes é uma tática conhecida e comum, tanto em entrevistas jornalísticas quanto em interrogatórios policiais, geralmente aplicadas diante da suspeita de que o entrevistado está mentindo.

Giovanna Flores e Nádia Neckel (2018) fazem uma comparação da entrevista de Manuela D'Ávila com um processo de julgamento em um tribunal de Inquisição da Idade Média. A diferença básica estaria na acusação: ao invés de bruxaria, a mulher agora estava sendo acusada de comunismo e feminismo, termos que, de acordo com as perguntas dos componentes da bancada no decorrer do programa, seriam provas de apoio a governos totalitaristas e de ódio aos homens, o que torna evidente a pouca ou nenhuma familiaridade desses entrevistadores acerca das teorias feministas no Brasil ou no mundo. Mas tal limitação não os impediram de questionar Manuela acerca de seus posicionamentos como feminista.

3.2 Machismos ou questões de gênero

[Letícia Casado] Voltando ao feminismo, que é uma de suas bandeiras, no último discurso antes de ser preso, o ex-presidente Lula lhe chamou de "garota bonita". *Destacar tributos físicos de uma mulher no ambiente de trabalho é uma atitude machista?*
[Manuela D'Ávila] É parte de uma cultura machista, mas naquele mesmo discurso, pro meu orgulho, ele disse algo extraordinário a meu respeito, que eu sou alguém que acredita na política e é

verdade, há 20 anos da minha vida eu busco construir a transformação, inclusive dessa cultura machista a partir da minha militância política. Tu disseste, eu sou uma candidata feminista né, eu sou uma mulher de esquerda feminista, então sim, sempre que nos dizem algo nesse sentido faz parte dessa cultura machista.
[Letícia Casado] *E a questão de relativizar...?* (Roda Viva, 2018).

Assim como repetir a pergunta ao entrevistado é uma técnica de entrevista cabível, existem também alguns artifícios que o entrevistado pode utilizar para evitar cair em “armadilhas” que se tornam certas perguntas. Manuela responde, mas de uma maneira que desloca a “atitude machista” do indivíduo Lula para o social, lembrando que elogiar o trabalho de uma mulher ressaltando sua beleza física é parte de uma cultura machista. Ao prosseguir na resposta contando que Lula disse outras coisas relevantes a seu respeito, Manuela responde a pergunta e ao mesmo tempo se afasta dela, evitando cair em uma aparente contradição: apoiar um homem que teve para com ela uma atitude machista em público. Ela se desvia desse risco e, ao mesmo tempo, reforça o apoio ao ex-Presidente da República. No entanto, a entrevistadora insinua em tom de pergunta que ela estaria relativizando a referida situação, o que Manuela nega expressamente.

Nesse momento ocorre uma intervenção categórica na resposta de Manuela por Vera Magalhães: “Não, você disse que foi uma coisa ruim, mas que ele falou uma coisa extraordinária” (Roda Viva, 2018). Letícia Casado e Vera Magalhães trabalharam com a lógica de que, por ter mencionado algo positivo no mesmo discurso, Manuela estaria isentando, ou pelo menos minimizando uma ação machista de Lula... Por tratar-se de Lula.

Vale ressaltar as contradições desse momento da entrevista, onde duas mulheres, jornalistas, ao abordarem uma terceira – também jornalista –, trabalham com a ideia preconcebida (mais uma fantasmagoria benjaminiana?) de que seria possível separar pessoas machistas de pessoas não machistas e que, a partir desse raciocínio, Lula não só seria uma pessoa machista, mas também teria sido machista com ela. Portando, ficaria evidenciada por Vera Magalhães e Letícia Casado a contradição em Manuela, feminista, apoiá-lo politicamente⁴.

Manuela esclarece que o machismo é estrutural, de modo que “é como uma piscina: todos nós estamos dentro dela, todas nós, inclusive nós, mulheres. A diferença é que alguns de nós estaríamos completamente imersos nela, enquanto outros apenas molhando os pés”, no que Ricardo Lessa faz uma interlocução:

[Ricardo Lessa]: Mas não pode dizer que a candidata é bonita?

[Manuela D’Ávila]: Pode, se eu tiver num ambiente que eu queira ser cortejada, “bonita”, tal, sim.

[Ricardo Lessa]: Mas num palanque não é adequado?

⁴ Manuela D’Ávila posicionou-se a favor da liberdade de Lula, para que ele fosse candidato à Presidência da República em 2018. Durante o programa ela afirmou que compreende que Lula foi preso sem provas.

[Manuela D'Ávila]: Não acho o mais adequado, eu pelo menos não chego num palanque e digo assim "esse cara bonito, esse cara feio..."

[Ricardo Lessa]: O Lula foi um machista nessa frase, então?

[Manuela D'Ávila]: Não acho que foi uma frase feliz, mas o restante da sua manifestação foi, e faz parte, né, em todos nós. (...) (Roda Viva, 2018).

Percebemos que Lessa, de certa forma, faz a mesma pergunta três vezes, de três formas diferentes, expressando o desejo de que Manuela responda que Lula é machista. Identificamos aqui, mais uma vez, a repetição de uma pergunta como técnica de entrevista, no intuito de fazer a entrevistada cair em contradição. Mais que isso, vimos traços de um discurso autoritário que busca, por meio de uma tensão, induzir o entrevistado a dar a resposta que o entrevistador espera. Ricardo Lessa faz outra interlocução, mais adiante:

[Ricardo Lessa] Manuela, você falou que nem de longe essa piada machista ou essa frase machista, nem de longe foi a pior que você ouviu nesses 14 anos de mandato. Qual foi a pior? (Roda Viva, 2018).

Após uma breve resposta, Lessa mantém-se no tema e indaga: "Em Brasília você também encontrou um ambiente muito machista?", ao que ela responde afirmativamente. Ainda que a temática do machismo tenha perpassado as interlocuções de três entrevistadores (Leticia Casado, Vera Magalhães e Ricardo Lessa), sendo dois deles mulheres, foi intrigante observar que nenhum atentou-se em ampliar o contexto da questão, de modo a pensar o problema do machismo na política brasileira, por exemplo, ou, ainda, discutir propostas de prevenção e combate ao feminicídio e violências domésticas. A questão limitou-se a perguntas sobre a experiência pessoal de Manuela, sem maiores problematizações, tornando a temática uma espécie de curiosidade acerca da vida de uma celebridade política.

As duas entrevistadoras mulheres da bancada, Letícia Casado e Vera Magalhães, foram as questionadoras acerca da permanência da candidatura de Manuela, sendo que uma delas chegou a retrucar antecipadamente que a pergunta não se tratava de uma questão de gênero.

[Vera Magalhães] Manuela, você disse que o PC do B tem tratado de projetos de desenvolvimento do Brasil há muitos anos. Desde a redemocratização o PC do B tem estado sucessivamente como aliado do PT. É a primeira vez que lança uma pré-candidatura, mas muita gente dá como certo ou quase certo o fato de que você lá na frente vai negociar uma aliança com algum outro candidato ou do próprio PT ou da esquerda. Eu queria que você dissesse aqui pra quem tá nos assistindo, de 0 a 10, qual é a chance de você desistir da sua candidatura?

[Manuela D'Ávila] Zero, de desistir, zero; de ser candidata, 10. É o mais provável, porque, Vera? Porque nós... Primeiro, eu acho engraçado que de todos os pré-candidatos, sempre a que é

colocada como que talvez não seja até o final sou eu. Muitas vezes a Marina, que tá em segundo lugar na pesquisa, também cogitam se ela...

[Vera interrompe] não, sem essa, não tem questão de gênero.

[...]

[Letícia Casado] A senhora já admitiu abrir mão da sua candidatura em função de uma união da esquerda. Tem prazo pra decidir isso e em prol dessa união da esquerda a senhora admitiria entrar como vice na chapa de alguém?

[Manuela D'Ávila] Eu não cogito ser vice de ninguém porque eu sou pré-candidata à Presidência da República.

A então pré-candidata não chegou a dizer que havia uma questão de gênero acerca das perguntas sobre a sua candidatura, mesmo porque foi interrompida enquanto tecia seu comentário. Vera Magalhães, no entanto, ao negar de modo antecipado, de certo modo afirmou tratar-se de uma questão de gênero.

3.3 Estupro e castração química

Frederico D'Ávila retoma a questão sobre modelos de países comunistas que o PC do B teria para o Brasil, utilizando a história da Alemanha Oriental e a Cortina de Ferro. Manuela, durante o desenvolvimento da resposta, afirma que ela e o partido não irão permitir o ódio "daqueles que acham que as mulheres podem ser estupradas quando são mais bonitas ou mais feias". O interlocutor a interrompe com outra pergunta:

[Frederico D'Ávila] *A senhora é a favor da castração química pra estupradores? Sim ou não?*

[Manuela D'Ávila] Eu sou a favor que não tenha tanto estupro...

[Frederico D'Ávila] (novamente interrompendo) *não, mas a senhora é a favor da castração química, do deputado Bolsonaro?*

[Manuela D'Ávila] (retomando o raciocínio de sua resposta)... Pra isso a gente precisa fazer sabe o que? Debater direitos das mulheres, precisa combater a cultura do estupro...

[Frederico D'Ávila] (novamente interrompendo) *Não tem cultura, tem falta de punição* (Roda Viva, 2018).

Essas interrupções sucessivas de Frederico D'Ávila podem ser entendidas como uma espécie de "contra-ataque". Manuela estava aproveitando seu tempo de resposta a uma pergunta repetida para lembrar à bancada e, principalmente, ao telespectador eleitor, a ocasião em que o então deputado Jair Bolsonaro afirmou publicamente para a deputada Maria do Rosário que ela "não merecia ser estuprada". Em ocasião seguinte ele, também publicamente, reafirmou o que disse e justificou que a parlamentar não tinha tal "mérito" porque era "muito feia". A pergunta sobre o projeto de castração química comunica ao telespectador que Bolsonaro estaria trabalhando em uma ação punitiva acerca do tema em pauta, ao mesmo tempo em que desafia a entrevistada a se posicionar diante do referido projeto. Insistir em uma resposta binária, em um

“sim” ou “não” é coercitivo e estratégico: simplifica um problema que é social, complexo e estrutural/estruturante, ao passo que busca constranger Manuela, visto que, diante das opções sim/não, ambas fariam com que ela caísse em uma aparente contradição. Afirmar-se a favor do projeto de castração química demonstraria apoio a um oponente o qual ela, naquele ano de eleições, entrava em embates diretos; colocar-se contra a proposta daria argumento para questionar sua luta pela segurança e integridade das mulheres. Manuela não escolhe nenhuma dessas duas opções e tenta apontar outros caminhos como resposta à pergunta, como o combate à cultura do estupro.

“Não tem cultura” e “Castração química, do Deputado Bolsonaro” indicam sentidos que nos remetem aos processos de manifestação do ato falho, indícios que nos levam às reflexões de Adorno *et al* (2019) em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, que compreendiam que o preconceito diz mais sobre aquele que o manifesta. O que Frederico D’Ávila diz à Manuela parece revelar a forma como ele mesmo compreende o Brasil: sem cultura e necessitado de castração. Trata-se de uma lógica que, dois anos após essa entrevista, pudemos constatar nos modos de governo presidencial do mandato de Jair Bolsonaro: aquilo que não é de seu interesse é extirpado ou deixa de existir através da palavra: se para Frederico D’Ávila não existe cultura do estupro, para Bolsonaro não existe fome, racismo ou corrupção no Brasil.

Esse é um raciocínio que condiz com o processo de projeção paranóica (ADORNO, 2019): alguém que é reinventado como inimigo, personificando o constructo comunista nos seus aspectos mais autoritários e intolerantes e que luta contra problemas que não existem. Dessa forma, à Manuela D’Ávila coube o papel desse inimigo, projetado por Frederico D’Ávila de modo categórico nesse momento do programa, visto que numa mesma indagação retomou a fantasmagoria do comunismo e questionou os posicionamentos feministas de Manuela, aplicando uma lógica simplória de que mulheres necessariamente devem ser a favor de castração química para estupradores. Vale lembrar que, na projeção paranóica, aquele que percebe o outro como autoritário e intolerante, por exemplo, na realidade está atribuindo a esse outro traços que são seus e que lhes são inadmissíveis, visto este ser “um mecanismo através do qual o sujeito busca se livrar de impulsos que não admite como seus, por ter introjetado os valores autoritários da cultura, e os atribui, ainda que de maneira fantasiosa, ao outro” (ANTUNES, 2016, p. 06).

O tom utilizado pelos entrevistadores é, portanto, atravessado por um discurso autoritário, que, dentre outras formas, manifesta-se com frequência nas interrupções de fala que Manuela D’Ávila sofreu. Isso sugere que a mulher na política brasileira está sendo concebida como se fosse o “Outro do homem”: o “não homem”, o estranho e, portanto, o “inimigo” a ser combatido. Em entrevista ao El País (GUIMÓN, 2018), Mary Beard disse que o poder dos homens é afirmado quando eles silenciam mulheres. O caso de Manuela D’Ávila no programa Roda Viva foi uma amostra do que homens e mulheres são capazes de fazer – ao vivo e *online* – para silenciar a voz dissonante de uma mulher.

As sucessivas interrupções da bancada de entrevistadores à voz da entrevistada evidenciaram não só o esforço em silenciá-la, como foram revestidas de “prática jornalística” e “exercício de democracia”. Tais observações conduziram a uma revisão das ponderações e críticas que Herbert Marcuse (2007) elabora acerca de um comportamento social que oprime e sustenta desigualdades, o qual denominou “tolerância repressiva”. O termo diz respeito ao tratamento dado de modo equivalente a interesses de classes oprimidas e de classes privilegiadas e opressoras. Segundo Marcuse (2007, p. 29), essa forma de tolerância legitima o discurso de quem está no poder, contribuindo para a continuidade da exploração dos mais desfavorecidos: “A tolerância é estendida às políticas, às condições e aos modos de comportamento que não deveriam ser tolerados porque eles estão impedindo, se não destruindo, as chances de se criar uma existência sem medo e miséria”

Marcuse (2007) entende que restituir direitos a quem é impedido de usufruí-los implica, necessariamente, em retirar direitos de quem os têm em demasia: os privilegiados. Ele desenvolve o conceito de tolerância repressiva chamando atenção para um exercício de escuta que se diz democrático, mas que se perde do próprio senso de democracia. Trata-se de uma prática de dar ouvidos a todo tipo de posicionamento político, crença, “achismo”, especulação ou ideia, não importando de onde ela proceda ou que interesses defendem, sob o argumento de que todas as pessoas têm o direito de se expressarem.

Tolerar tais modos de tratamento a uma mulher que já conquistou espaços políticos significativos e constantemente disputados por diversos homens, como a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a Câmara de Deputados e o Congresso Nacional é contribuir com a naturalização e manutenção do machismo e da misoginia na política brasileira. É fazer da tolerância repressiva a norma social a ser praticada.

O tratamento dispensado a Manuela D’Ávila no programa Roda Viva pode ser considerado uma mostra da atuação da tolerância repressiva no Brasil, no que concerne a expressões de machismo e misoginia, que se tornam ainda mais ostensivas em se tratando de uma mulher jovem, feminista e comunista. Tolerar a tolerância repressiva é legitimar o esvaziamento da democracia e contribuir com a perpetuação de diversas formas de opressão, sendo as muitas formas de violências contra a mulher apenas uma delas.

4. Considerações finais

Apesar de ter causado repercussões nas mídias sociais por todo o país, a entrevista a Manuela D’Ávila realizada no Programa Roda Viva em 2018 parece ter se tornado apenas mais uma entrevista. Isso decorre não apenas porque é prática comum no Brasil o rápido esquecimento de comportamentos opressivos e intolerantes, partam eles das mídias, da política ou mesmo do contemporâneo “cidadão de bem”.

No caso dessa entrevista, há ainda a considerar as múltiplas produções de *fake news* nas diversas redes sociais disponíveis, mais precisamente *facebook*



e *whatsapp*, que atingiram a imagem de Manuela D'Ávila durante o período de campanha presidencial. É mais fácil esquecer um caso de misoginia veiculado em rede nacional quando o público eleitor passa a receber, poucas semanas depois e diariamente, uma série de "informações" ofensivas que envolveram também outros candidatos à Presidência da República.

Manuela D'Ávila abdicou da candidatura à Presidência da República pelo PC do B para se lançar como vice na campanha de Fernando Haddad, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), numa aliança entre os dois partidos. Em 2020 concorreu à prefeitura de Porto Alegre, conseguindo chegar ao segundo turno, e novamente alvo de *fake news* nas redes sociais. Sem ocupar cargo público desde o fim de seu mandato de deputada estadual em 2019, ela continuou produzindo conteúdo nas mídias digitais que incentivam o combate e a punição da proliferação de *fake news*. Também continuou a divulgar a própria marca "Lute como uma garota" em site que vende camisetas, bolsas e agendas personalizadas, além de ofertar os livros de sua autoria: "Porque lutamos", "Revolução Laura" e "E se fosse você?". Este último é, ainda, título de um projeto social de sua criação e administração. Pelo exercício desses trabalhos, Manuela costuma ser criticada e pejorativamente classificada com termos como "influenciadora patricinha" ou "política blogueira", a despeito – ou talvez em razão – de sua alta popularidade nos meios digitais.

Trata-se da repetição e naturalização da intolerância, causada pelo seu próprio esquecimento. As opressões que ocorreram no Programa Roda Viva não estão encerradas e afixadas no passado. Elas são parte de uma dinâmica social, e, portanto, persistem em outros espaços e através das vozes de outras pessoas. Deve ser um compromisso ético não só da mulher acadêmica, mas de todas as esferas e estruturas da Universidade, a luta pelo não esquecimento daquilo que oprime a nossa voz.

Cabe ao meio acadêmico, para além das Ciências Humanas e Sociais, a afirmação de um posicionamento crítico diante do intolerável que historicamente é imputado à mulher brasileira, seja na política, na universidade, no trabalho ou mesmo dentro de nossas casas. A não repetição de casos como o de Manuela D'Ávila no programa Roda-Vida, que podem chegar a proporções ainda mais extremas e definitivas, como o assassinato de Marielle Franco, passa pelo exercício da memória. Passa pelo compromisso de não esquecer. Porque lembrar a dor da opressão deve constituir o esforço para garantir que ela não seja novamente infligida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor. **A Técnica Psicológica das Palestras Radiofônicas de Martin Luther Thomas** [1943]. *Gesammelte Schriften Vol. 9, tomo II (Soziologische Schriften II)*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1975, pp. 11-37 –



Tradução de Francisco Rüdiger. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/palestras.htm>. Acesso em: 24 ago. 2022. *(é possível que essa referencia saia)*

ALVES, Paloma Palmieri *et al.* **Atlas da violência 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2021. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ANTUNES, Deborah Christina. Tolerância e democracia hoje: o discurso de deputados em defesa da posição conservadora. **Psicologia & Sociedade**, v.28, n. 1, p. 3-13, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/CxpNZnppWJLQrSMbYfNSZfQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ANTUNES, Deborah Christina. **Por um conhecimento sincero no mundo falso**: teoria crítica, pesquisa social empírica e The Authoritarian Personality. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história. *In: Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. *In: Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
BIROLI, Flavia. Gênero, valores familiares e democracia. *In: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores. Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

DATAFOLHA/FBSP. **Visível e Invisível**: A vitimização de Mulheres no Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha. Brasília, 2021. Disponível em:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3a-edicao-datafolha-fbsp-2021/>. Acesso em: 03 maio 2022.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

ESQUERDA Diário. **"As ameaças misóginas de bolsonaristas a Sâmia, Manuela e Duda são asquerosas": repudiam pré-candidatas do MRT**. Machismo e violência política. 04 ago. 2022. Disponível em:
<https://www.esquerdadiario.com.br/As-ameacas-misoginas-de-bolsonaristas-a-Samia-Manuela-e-Duda-sao-asquerosas-repudiam-pre-candidatas>. Acesso em: 20 dez. 2022.



FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia. As fogueiras contemporâneas e as práticas de resistência. **Littera on line**, v. 9, n. 17, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10380/5984>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Interrupções a Manuela D'Ávila geram debate sobre machismo**. 26 de junho 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/interruptoes-a-manuela-geram-debate-sobre-machismo.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do Capitalismo. **Revista Direito e praxis**, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944513020.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GAZETA do povo. **Interrupções a Manuela no Roda Viva – ao menos 40 – geram debate sobre machismo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/interruptoes-a-manuela-no-roda-viva—ao-menos-40--geram-debate-sobre-machismo-dzpr5wa5dvnttfo6pxhnjs13u/?ref=busca>. 27 de junho de 2018. Acesso em: 20 abr. 2019.

GUIMÓN, Pablo. **Mary Beard**: "O poder do homem está relacionado com sua capacidade de silenciar as mulheres". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/cultura/1518195599_638386.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

JORNAL Grande Bahia. Carlos Augusto, diretor do Jornal Grande Bahia. **Vídeo mostra cada uma das 62 interrupções na entrevista de Manuela D'Ávila no Roda Viva**. 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fuleHvPqGi4>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MARCUSE, Herbert. **Tolerância repressiva**. Protestantismo em Revista, v. 12, p. 28-58, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/viewFile/2086/1998>. Acesso em: 13 maio 2021.

RODA VIVA. Roda Viva | Manuela D'Ávila | 25/06/2018. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GYBfJS-NMTI>. Acesso em 22 abr. 2019.

TSE. Candidaturas. Perfil da Candidatura. **Gênero**. 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/g%C3%Aanero?p11_menu=COR_RACA&clear=RP&session=4286343208396. Acesso em: 23 ago. 2022.

FOLHA de São Paulo. **Marcela Temer mudará de palácio mas tende a seguir encastelada.** Maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766537-marcela-temer-mudara-de-palacio-mas-tende-a-seguir-encastelada.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2022.

VEJA. Marcela Temer: **Bela, recatada e “do lar”.** Juliana Linhares. 18 abr 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Recebido em: 14 de setembro de 2022.

Aceito em: 26 de janeiro de 2023.

Publicado em: 16 de junho de 2023.

